

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: INFLUÊNCIAS DO CONSERVADORISMO POLÍTICO-RELIGIOSO NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO

Paloma de Oliveira Silva, Breendo Holanda Pereira da Silva, Rayane Brandão Ribeiro, Fernanda Paulini

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5803>

Submetido em: 2023-03-23

Postado em: 2023-03-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

**SOCIEDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: INFLUÊNCIAS DO CONSERVADORISMO
POLÍTICO-RELIGIOSO NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO ENSINO BÁSICO
BRASILEIRO**

PALOMA DE OLIVEIRA SILVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7961-1960>
<paloma97oliveira@gmail.com>

BREENDO HOLANDA PEREIRA DA SILVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5345-380X>
<breendoholanda@gmail.com>

RAYANE BRANDÃO RIBEIRO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5949-5165>
<rayane.brandaor@gmail.com>

FERNANDA PAULINI¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4490-9614>
<fepaulini@unb.br>

¹ Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil.

RESUMO: Este trabalho teve como fundamento a influência do conservadorismo na educação sexual para as crianças e adolescentes nas escolas de ensino básico no Brasil. É notório que não existe uma legislação que regulamenta a inserção da educação sexual nas escolas brasileiras, porém existem documentos norteadores que regem as práticas docentes acerca desse tema. No entanto, esses documentos foram afetados pela onda conservadora que atingiu o país em 2015, promovida por grupos conservadores de direita e evangélicos, que ganharam força com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. A pesquisa identificou a influência do conservadorismo em relação aos temas de liberdade sexual, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Foi realizada uma análise bibliográfica em documentos oficiais da educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O estudo permitiu conclusões das perspectivas morais destacadas nestes documentos, pautada pela literatura e fatos documentais, e análises que ressaltaram um retrocesso nos parâmetros curriculares nacionais, que trata de um assunto tão urgente e inerente ao ser humano, a sexualidade.

Palavras-chave: sexualidade, PCN, BNCC, PNE, diversidade.

**SOCIETY AND SEXUAL EDUCATION: INFLUENCES OF POLITICAL-RELIGIOUS CONSERVATISM IN THE
GUIDING DOCUMENTS OF BASIC EDUCATION IN BRAZIL.**

ABSTRACT: This work aimed to investigate the influence of conservatism on sexual education for children and adolescents in basic education schools in Brazil. It is noteworthy that there is no legislation that regulates the inclusion of sexual education in Brazilian schools, but there are guiding documents

that govern teaching practices on this topic. However, these documents were affected by the conservative wave that hit the country in 2015, promoted by right-wing and evangelical conservative groups, which gained strength with the election of former President Jair Bolsonaro. The research identified the influence of conservatism on the topics of sexual freedom, sexually transmitted infections, and teenage pregnancy. A bibliographic analysis was carried out on official education documents, such as the National Common Curricular Base (BNCC), the National Education Plan (PNE), and the National Curriculum Parameters (PNC). The study allowed conclusions to be drawn from the moral perspectives highlighted in these documents, based on literature and documentary facts, and analyses that highlighted a setback in the national curriculum parameters, which deals with such an urgent and inherent issue to humanity, sexuality.

Keywords: sexuality, PCN, BNCC, PNE, diversity.

SOCIEDAD Y EDUCACIÓN SEXUAL: INFLUENCIAS DEL CONSERVADURISMO POLÍTICO-RELIGIOSO EN LOS DOCUMENTOS RECTORES DE LA ENSEÑANZA BÁSICA BRASILEÑA.

RESUMEN: Este trabajo se fundamentó en la influencia del conservadurismo en la educación sexual para niños y adolescentes en las escuelas de enseñanza básica en Brasil. Es notorio que no existe una legislación que regule la inserción de la educación sexual en las escuelas brasileñas, sin embargo existen documentos orientadores que rigen las prácticas docentes acerca de este tema. Sin embargo, estos documentos fueron afectados por la ola conservadora que llegó al país en 2015, promovida por grupos conservadores de derecha y evangélicos, que ganaron fuerza con la elección del ex presidente Jair Bolsonaro. La investigación identificó la influencia del conservadurismo en relación a temas de libertad sexual, infecciones sexualmente transmisibles y embarazo en la adolescencia. Se realizó un análisis bibliográfico en documentos oficiales de educación, como la Base Nacional Común Curricular (BNCC), el Plan Nacional de Educación (PNE) y los Parámetros Curriculares Nacionales (PNC). El estudio permitió conclusiones de las perspectivas morales destacadas en estos documentos, basadas en la literatura y hechos documentales, y análisis que destacaron un retroceso en los parámetros curriculares nacionales, que tratan un tema tan urgente e inherente al ser humano, la sexualidad.

Palabras clave: sexualidad, PCN, BNCC, PNE, diversidad.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é um importante constituinte de identidade e personalidade, que se expressa de diferentes maneiras no indivíduo, influenciando sentimentos, pensamentos, interações e consequentemente a saúde física e mental. Sendo assim, a saúde sexual deve ser considerada um direito humano básico (OMS, 2006). No Brasil, segundo o Atlas da Violência (MOREIRA, 2018), a maioria dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes são cometidos por familiares ou amigos e conhecidos da família, e cerca de 68 adolescentes do sexo feminino a cada 1000, engravidam entre os 15 e os 19 anos (OMS, 2018). A educação sexual nas escolas se faz extremamente necessária, já que o ambiente escolar é visto como um espaço seguro pelas crianças e pelos adolescentes para relatarem os casos de abusos e violências sexuais, além do que, segundo dados do Ministério da Saúde (MS) (2017) e de dados sobre o Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC) com a implementação de ações

e campanhas de educação sexual, houve uma queda de 17% na ocorrência de gravidez na adolescência entre 2004 e 2015.

A gravidez na adolescência tem grande impacto familiar, principalmente na saúde sexual e reprodutiva da mulher, visto que a grande maioria dos casos de gravidez na adolescência, são de gravidez não planejada de acordo com a OPAS (2018), um a cada cinco bebês são provenientes de adolescentes e jovens mulheres entre 10 e 19 anos. Segundo dados de 2016 do Ministério da Educação, 18% do êxodo escolar se dá por conta de gravidez precoce, o que gera prejuízos na vida profissional, pois segundo o IBGE (2019), a proporção de mulheres entre 15 e 19 anos que não estão inseridas no mercado de trabalho ou na escola é maior dentre as que já foram mães em relação às que não possuem filhos. A baixa escolaridade está diretamente relacionada à gravidez precoce, segundo estudos do PeNSE (2019), que apontam que cerca de um terço dos jovens de 13 a 17 anos já iniciaram a vida sexual. Decorrente deste fato, é observado um menor conhecimento do uso de contraceptivos, visto que 63,3% desses jovens usaram preservativo, 52,3% pílula anticoncepcional, 17,3% pílula do dia seguinte e 9,8% contraceptivos injetáveis, o que implica também no maior risco de contração de IST (PeNSE, 2019).

As Infecções Sexualmente Transmissíveis(IST) podem estar diretamente relacionadas à falta de informação acerca da educação sexual, segundo Saito e Leal (2020) a escola precisa ensinar que educação sexual não significa apenas obter informações sobre sexo, significa também trabalhar valores, atitudes e comportamentos. Sendo assim, a orientação sexual acaba contribuindo com um fator de extrema importância: a saúde das crianças e dos adolescentes. Além disso, conscientizar os alunos sobre a responsabilidade de suas ações, “o que favorece o desenvolvimento da cidadania, do respeito, do compromisso, do autocuidado e do cuidado com o outro.” (SAITO; LEAL, 2000 p. 2).

Outras pautas dentro do contexto de educação sexual são indispensáveis, porém, muitos professores não sabem ao certo como discutir determinados temas transversais. Segundo Costa, Santos e Miranda (2019 p. 03) “Falar de sexualidade significa também falar de repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle, gênero, pecado”.

A introdução de questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar é importante para combater diversos tipos de preconceitos enraizados na sociedade, como machismo, sexismo e discriminação contra a comunidade LGBTQIAP+. (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019).

Diante disso, as construções de padrões de gêneros e comportamentos determinados aos sexos masculino e feminino podem ser naturalizados ou desconstruídos no ambiente escolar através de práticas pedagógicas (SILVA, 2018). Desta forma, é necessário ressaltar a importância da abordagem deste assunto dentro das salas de aula, visando a desconstrução de paradigmas preconceituosos e não inclusivos. Quando se fala de gênero, o que se entende é a construção social criada pela família e sociedade a partir do nascimento, em que os familiares passam a utilizar estas bases biológicas para determinar o comportamento da criança, categorizando-as em masculino e feminino. (SILVA, 2018).

O assunto deve ser levado para uma discussão entre estudantes e docentes para que ocorram questionamentos e reflexões durante este processo educativo, no qual os professores precisam desenvolver um olhar mais receptivo para as desigualdades de gênero que cercam o cotidiano dos

alunos por meio da mídia, conteúdos religiosos, imagens e até mesmo livros didáticos, a fim de que estes pensamentos limitantes possam ser desfeitos aos poucos.

Dessa forma, o “kit gay” pejorativamente disseminado, era um projeto, denominado "Escola sem Homofobia", este kit era composto por cartilhas, materiais audiovisuais e informativos, com a finalidade de dar suporte para os estudantes e professores, para que esse tema fosse trabalhado no ensino básico. Foi extremamente criticado pelo conservadorismo político-religioso, o que fez com que a presidenta da república em exercício, Dilma Rousseff, vetasse o projeto em 2011. (SILVA; BRABO, 2020).

Essa vertente conservadora não enxerga esse tema como algo necessário para os jovens da educação básica, espalhando fake news para a sociedade, como o "kit gay", que foi um dos instrumentos utilizados com o objetivo de alienar as famílias, a fim de conseguir corroborar com suas convicções pautadas pelos ensinamentos denominados cristãos. Esses foram relatos errôneos por parte de uma fração da sociedade, pois o governo nunca implementou ação ou política pública com intenção de incentivar os jovens a determinismos frente a orientação sexual ou ideologia de gênero. (ARDUINO; DE MORAES, 2018).

É importante ressaltar que o conservadorismo implica em grande parte do retrocesso que vem acontecendo na implementação das políticas de educação sexual nas escolas de ensino básico. (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019). Assim, a maior parte dessa responsabilidade vem das votações parlamentares dos fundamentalistas cristãos, da bancada evangélica e dos conservadores de extrema direita. Esses prejuízos trazidos por essa comunidade, faz com que cada vez mais as políticas de inclusão para pessoas LGBTQIAP+ e de prevenção contra IST e gravidez na adolescência sejam lesados. (GROOF, et. al, 2015).

Diante do exposto, fica claro que a educação sexual é um tema de abordagem urgente e extremamente necessário nas escolas, para que os jovens tornem-se mais sensíveis quanto às questões de gênero e orientação sexual, da necessidade da prevenção nas relações sexuais, do reconhecimento de abusos sexuais ocorridos com eles ou pessoas próximas e a abertura em um ambiente seguro para se denunciar e tratar sobre o assunto.

Este trabalho é uma revisão bibliográfica para compreender qual a influência do conservadorismo na abordagem do tema educação sexual no âmbito da escola de ensino básico. Foram analisados as diretrizes e os documentos que norteiam a educação sexual no Brasil para trazer o contexto histórico que pauta todas essas questões. Foi possível dialogar por meio da literatura, quais são as políticas existentes e como elas são implementadas, para se ter um aporte maior de conteúdo na discussão sobre o tema proposto, pois é de extrema necessidade que haja uma problematização sobre a dinâmica exercida pelas escolas, visando responder as seguintes proposições: Quais foram as consequências do conservadorismo político-religioso no tema educação sexual nas escolas brasileiras? Existe uma abordagem ativa sobre o tema?

Diante disso, este trabalho busca compreender a influência da ideologia do conservadorismo político-religioso e o seu reflexo na abordagem do tema educação sexual nas escolas de ensino básico. Assim, se utiliza da descrição do conservadorismo político-religioso com o estudo da literatura disponível nos meios acadêmicos, e pela avaliação da abordagem dos documentos norteadores

oficiais da educação acerca do tema educação sexual nas escolas de ensino básico, com a finalidade de inferir possíveis consequências na educação sexual no âmbito escolar.

METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de relacionar como o conservadorismo afeta a aplicação da temática educação sexual nas escolas de ensino básico, para isto foi feita uma revisão bibliográfica a fim de encontrar artigos 21 acadêmicos que pudessem estabelecer as relações do conservadorismo político-religioso com o ensino de educação sexual no Brasil.

Nesta primeira etapa, foi feita uma busca online na plataforma de pesquisa google scholar, usou-se os seguintes descritores “Educação sexual no novo ensino médio; Educação sexual e política; Educação sexual no brasil; Educação sexual e conservadorismo; Regulamentação educação sexual nas escolas do Brasil; Documentos norteadores da educação sexual no Brasil; Documentos norteadores da educação no Brasil; Educação sexual e orientação sexual e ideologia de gênero”, baseado no que Treinta et. al (2014) discorre sobre pesquisa qualitativa.

Na segunda etapa foi feita uma pesquisa documental à procura de discursos midiáticos, textos jornalísticos e dados estatísticos, com o intuito de encontrar dados que permitissem relacionar possíveis causas de problemas sociais com o discurso conservador sobre educação sexual no ensino básico brasileiro. Utilizou-se a plataforma de pesquisa google aba notícias, para encontrar estes dados nos portais jornalísticos G1, Folha de São Paulo, Exame, entre outros, os seguintes descritores foram empregados para que a busca fosse guiada segundo os objetivos deste trabalho, seguindo as linhas metodológicas descritas por Corsetti (2006). “Educação sexual na escola; Importância da educação sexual; Bolsonaro e educação sexual; Conservadorismo e educação sexual; Abuso sexual e educação sexual; Violência e educação sexual.”

Contudo também foi realizada uma pesquisa por meio da plataforma de pesquisa google aba Todas, dados governamentais acerca de abuso e violência contra minorias e vulneráveis, por meio destes descritores. “Educação sexual na escola; Dados de abuso sexual e educação sexual; Dados de violência e educação sexual.

Para a escolha dos dados textuais, com a finalidade de relacionar, identificar e discutir as possíveis consequências do conservadorismo político-religioso, foram utilizados se os seguintes critérios, sendo que os textos encontrados precisavam atender ao menos um deles e que não foram considerados excludentes.

- Critério de relevância - trata da relevância acadêmica do artigo, segundo a quantidade de vezes que foi citado;
- Critério temporal - artigos mais recentes para corroborar ou desvalidar a pesquisa, contemplando o período de 2015 a 2022;
- Critérios relacionados ao objetivo do trabalho - textos que tivessem como intuito discutir sobre educação sexual no brasil, no que tange relações sociais e documentos norteadores da educação;
- Critério quantificação - dados textuais acerca de estatísticas que abrange a educação sexual no Brasil.

Para análise dos dados encontrados usou-se a abordagem dos métodos categóricos de Moraes (2003), para análise textual discursiva, que se baseia em quatro fases principais. O primeiro

trata-se sobre o processo de unitarização, dos materiais a serem utilizados na pesquisa, intitulado pelo autor de “Desmontagem dos textos”, nesse primeiro ciclo foi realizada a leitura de textos acadêmicos, jornalísticos e midiáticos acerca do tema escolhido para este trabalho, para a construção do corpus1 – “conjunto de documentos que representa as informações da pesquisa para a obtenção de resultados válidos e confiáveis” (MORAES, 2003, p. 194). Portanto, seguiu-se para o segundo passo, que foi o processo de categorização das unidades escolhidas, através do que o autor chama de “Estabelecimento de Relações”. Para o processo de categorização foram utilizados os métodos dedutivo (Bardin, 2011) e indutivo, em que no primeiro foram construídas subcategorias a priori para guiar o processo de seleção dos dados, e após o processo de reanálise do metatexto foram criadas categorias emergentes a partir do método indutivo, para aperfeiçoar o conjunto de dados definidos a priori. Os dois últimos argumentos principais foram utilizados para sustentação e construção do trabalho. (MORAES, 2003).

Foram elencadas duas categorias emergentes acerca da efetivação da educação sexual, a primeira denominada “âmbito escolar”, em que se tratava de todo material textual com abordagem em sua maioria na efetivação do trabalho para educação sexual nas escolas, o vínculo professor-aluno e escola de ensino básico. A segunda categoria foi intitulada de “âmbito não escolar”, que se referia a todo o conjunto de dados textuais acerca de políticas sociais e educacionais, que abarcam no texto o tema educação sexual ou políticas sociais predominantemente fora do contexto de sala de aula da educação básica.

Diante disso, as duas subcategorias escolhidas a priori, foram alocadas em ambas as categorias, para o melhor processo de unitarização, análise e interpretação dos dados, a fim de encontrar o conjunto de dados textuais para embasar o trabalho e alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. As subcategorias foram nomeadas e descritas a seguir:

1- Influência político-religiosa: refere-se aos dados textuais acerca da influência da política, da sociedade e dos ideais conservadores nas políticas públicas e educacionais na educação sexual.

2- Políticas educacionais: refere-se aos dados documentais educacionais e suas abordagens na educação sexual brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Influxo do conservadorismo no âmbito escolar na educação sexual

Após a leitura de cerca de 200 textos sobre educação sexual, foram separados os que atendiam ao menos um dos critérios utilizados para a escolha.

Por conseguinte, depois de realizar uma busca online, na plataforma de pesquisa google, com a finalidade de encontrar documentos oficiais de âmbito nacional, que serviram como norteadores do trabalho educacional, que foram e são utilizados para base teórica e regulamentadora dos currículos e propostas pedagógicas escolares. Encontrou-se os seguintes documentos oficiais que norteiam a educação nacional.

Quadro 1 - Documentos oficiais das políticas educacionais brasileiras no tema de educação sexual utilizados para análise.

DOCUMENTOS OFICIAIS	ANO
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): orientação sexual	1997

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): terceiro e quarto ciclos; apresentação dos temas transversais	1998
Plano Nacional de Educação – PNE	2001-2010; 2014- 2024
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	2015; 2016 e 2017

Fonte: autoria própria

Em relação a esses documentos, foi feita também uma análise de conteúdo conceitual segundo as definições de Rossi, Serralvo e João(2014), dos termos relacionados à educação sexual — orientação sexual, identidade de gênero, sexualidade, entre outros — com o intuito de encontrar possíveis consequências do conservadorismo político-religioso no discurso e conteúdo dos documentos norteadores da educação básica nacional.

Os demais textos escolhidos, no que se refere a artigos acadêmicos, discursos midiáticos e dados estatísticos, estão referenciados no Quadro 2. O Quadro 2 apresenta as duas categorias criadas, com a finalidade de dividir os autores encontrados. Além disso, os autores da categoria “âmbito escolar” são os que apresentam nos seus textos uma visão escolar da educação sexual, enquanto os autores dispostos na categoria “âmbito não escolar” são os autores que têm uma visão mais ampla da educação sexual, que se expande para além do âmbito escolar. Assim, com as subcategorias alocadas nas duas categorias criadas, foi possível enfatizar os temas e abordagens textuais de cada autor.

Quadro 2 – Subcategorias formadas e autores utilizados na análise discursiva textual acerca do tema educação sexual, nos âmbitos escolar e não escolar.

CATEGORIAS	ÂMBITO ESCOLAR	ÂMBITO NÃO ESCOLAR
Subcategorias		
1 – INFLUÊNCIA POLÍTICOSOCIAL	AGUIAR (2010), GAMA E ANASTÁCIO (2020), RIBEIRO; MONTEIRO (2019) OLIVEIRA (2015),	RIBEIRO (2018), SILVA ET. AL (2020), SILVA (2020) ALMEIDA (2019)
2 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS	SILVA E NETO (2006), SILVA E MENDES (2011), SAITO E LEAL (2000), PALMA (2015), PACHECO (2014), NASCIMENTO E CHIARADIA (2017), MALTA (2011), JUNIOR (2018), GROFF (2015), BARBOSA, VIÇOSA E FOLMER (2019), CORRÊA, ECHEVERRIA E OLIVEIRA (2006), SILVA (2019) SILVA (2017)	PINO (2017), MALTA E RIBEIRO (2011), FREITAS ET. AL (2017), GROFF, MAHEIRIE E MENDES (2016)

Fonte: autoria própria.

Os autores apontados na categoria “âmbito escolar” foram aqueles que tratavam sobre as influências do conservadorismo na educação sexual no contexto da sala de aula. Portanto, Aguiar (2010); Gama e Anastácio (2020); Ribeiro e Monteiro (2019), foram utilizados para analisar as influências político-sociais nos documentos e diretrizes oficiais da educação. Diante disto, todos os

demais autores dispostos na categoria “âmbito escolar”, foram alocados nas subcategorias, ao se analisar e discutir os documentos e diretrizes oficiais da educação.

Outrora, os documentos apresentados na categoria “âmbito não escolar”, serviram para ancorar as análises, tendo em vista, que estes autores discutiram os seus trabalhos sobre educação sexual, com uma visão holística sobre assunto, abrangendo outras esferas para além da sala de aula. Entretanto, ressalta-se que as subcategorias não são excludentes entre si, apenas foram apresentadas dessa maneira, pois a educação não é exclusiva ao âmbito escolar e todas as esferas da sociedade constroem e fazem parte da estruturação educacional, abrangendo as características políticas, sociais, culturais, históricas, morais, ideológicas entre tantas outras.

Segundo a análise dos artigos, percebeu-se que existe uma influência do conservadorismo nas escolas de ensino básico do Brasil, pois aquilo que vinha sendo construído como parâmetros para uma educação sexual efetiva, foi quebrado, devido às inferências de políticos que se dizem religiosos e colocaram suas ideologias frente aos dados que comprovam como é necessária a ação da escola quando trata do tema educação sexual.

Pode-se apontar que as conquistas para a comunidade LGBTQIAP+ foram a mais afetada pelo retrocesso na educação sexual, com a retirada de termos sobre orientação sexual e ideologia de gênero. Em contrapartida, questões biológicas e de saúde pública também sofreram com a marginalização da educação sexual nos documentos norteadores da educação, tornando-a opcional para os professores, já que a terceira versão da BNCC, não traz consigo em sua competência e habilidades a serem, nenhuma abordagem que envolva a diversidade e subjetividade da sexualidade.

Paulo Freire defendia a escola como um lugar de construção de conhecimento e cidadania, coisas que são extremamente necessárias para o segmento digno de uma sociedade na formação de cidadãos autônomos e críticos, para não serem utilizados como manobra para apoio de agendas pessoais por pessoas e grupos influentes socioeconomicamente da sociedade. (FREIRE, 1996). As vertentes conservadoras seguem por uma tendência de caráter regulador (ALMEIDA 2019), e o intuito da educação de acordo com Demo (2001) é justamente, desfazer esses idealismos autoritários a fim de proporcionar, um liberalismo intelectual.

O sistema não teme o pobre que tem fome. Teme o pobre que sabe pensar. O que mais favorece o neoliberalismo não é a miséria material das massas, mas sua ignorância. Esta ignorância as conduz a esperarem a solução do próprio sistema, consolidando sua condição de massa de manobra. A função central da educação de teor reconstrutivo político é desfazer a condição de massa de manobra, como bem queria Paulo Freire. (Demo, 2001, p. 320)

A análise discursiva textual feita, mostra que a tendência de implementação dos ideais cristãos no legislativo do país é ancorada numa massa social leiga sobre o assunto, que pauta suas decisões em crenças religiosas, e que são manipuladas por discursos que não vão em concordância com as proposições feitas, por aqueles que defendem a educação sexual nas escolas, dando seu aval social a essas decisões.

Influência político-religiosa na educação sexual

No que tange a política social, foram analisados diversos documentos acadêmicos e a partir deles, os autores Ribeiro e Monteiro (2019), Pino (2017), Almeida (2019), Barboza, Viçosa e Folmer

(2019) foram os que nortearam a discussão do trabalho, pois suas abordagens no âmbito escolar foram as mais características e que iam em concordância com a consolidação da pesquisa.

Esses autores trazem diversas diretrizes políticos-sociais que enunciaram como a educação sexual se consolidou no Brasil o que foi corroborado com os governos de cunho esquerdista, que se preocupam com a implementação de políticas públicas de igualdade de gênero, diversidade sexual e principalmente com educação sexual dentro das escolas, diferentemente dos governos de direita, que veem a sexualidade como algo biológico e de responsabilidade familiar, tirando da escola a possibilidade de tratar desse assunto que é tão necessário para minimizar problemas sociais. O liberalismo implementado nos anos ao qual o conservadorismo não tinha força, foram os anos que mais se teve evolução da educação sexual e da liberdade de expressão. Em sua pesquisa, Ribeiro e Monteiro (2019) têm uma fala muito interessante que valida as proposições feitas no corpo desta análise textual discursiva e que diz:

Com o dossiê Sexualidade, gênero e educação sexual em debate, novamente se coloca em pauta os novos desafios enfrentados perante a onda crescente do discurso conservador, que se alastra não apenas no governo mas também em diversos setores da população. A relevância das discussões e da busca de manutenção das liberdades sexuais conquistadas passa, impreterivelmente, pela educação, aqui abordada em seu caráter emancipatório, vital tanto para a compreensão de uma realidade conturbada como a atual quanto para a manutenção e garantia de direitos conquistados e da inclusão e equidade dos diversos setores da população. (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019 p. 5)

Ratificou-se com a leitura dos textos, que a onda conservadora que assolou o país teve como resultado, um retrocesso gigante, no que tange à educação sexual no âmbito do ensino básico, devido às ideologias empregadas pelas bancadas que levam os ideais cristãos, como uma imposição social. Pois toda a construção feita sobre educação sexual, focada em minimizar diversos fatores que geram prejuízos biológicos, sociais e psicológicos, está sendo fortemente atacada e imposta por fundamentalistas cristãos de extrema direita.

O tema educação sexual foi devidamente implementado no Brasil em 1930, com a ação de diversos médicos que se interessavam pelo assunto, e acharam pertinente que a sociedade tivesse acesso às informações que, naquela época, eram consideradas tabu. Foi fundado em 1933, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, com o objetivo de abordar a temática sob uma perspectiva biológica, psicológica, sociológica e pedagógica. (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019).

A história da educação sexual, vinha se construindo baseada em diversos fatores e conquistas, na qual muitas pessoas trabalharam de maneira árdua para que atualmente fosse possível haver um diálogo entre a sociedade e as vertentes da educação para sexualidade. Segundo Barboza, Viçosa e Folmer (2019) o embate político e ideológico na legitimação da educação sexual, faz com que os desafios para se ensinar esse tema no ambiente escolar, tornem-se cada vez mais complexos, tendo em vista que não existe aparato legislativo para o ensino da educação sexual no Brasil.

A influência das políticas educacionais na educação sexual no Brasil

Quanto às políticas educacionais e os documentos norteadores da educação, as consequências do conservadorismo político-social e religioso podem ser percebidos na elaboração e

aplicação dos documentos oficiais nacionais, que foram e são utilizados como base teórica para os documentos educacionais no que tange às esferas estaduais, municipais, regionais e escolares.

De frente à onda conservadora que ganhou palco político após as eleições de 2014, percebe-se que os documentos foram modificados, para que os conteúdos que abrangessem o diálogo escolar na educação sexual, que foi pautada na discussão de questões sociais, históricas, políticas e culturais, foram retirados, com intuito de abarcar somente as questões de conteúdo biológico, no que se refere à sexualidade humana. Isto posto, o quadro abaixo apresenta a contagem de palavras relativas à educação sexual nos documentos em suas versões finais que foram aplicados no ensino básico nacional.

Quadro 3 – Quantidade de palavras associadas à educação sexual em documentos norteadores da educação básica brasileira.

	PCN 1997	PCN 1998	BNCC 2017
orientação sexual	62	12	0
diversidade/s	7	1	170
gênero	39	3	499
sexualidade	137	4	5
discriminação/ções discriminatórias	21	4	15
preconceito/s preconceituosos	18	1	56
Identidade/s	3	2	71

Fonte: própria autoria (BRASIL,1997,1998, 2017)

Como pode ser observado, o termo “orientação sexual” foi retirado da BNCC, e não foi compensado com o uso de um termo similar. Todas as palavras presentes no Quadro 3, que aparecem nos dois documentos dos PCN, estão direta ou indiretamente relacionadas às discussões pertinentes à educação sexual e suas próprias esferas. Entretanto, apesar do termo diversidade estar presente 170 vezes, na BNCC, esse não se refere direta ou indiretamente às questões de diversidade de gênero e no ensino da educação sexual, o termo está associado predominantemente a temáticas de variedades culturais, regionais, linguísticas, históricas e étnicas. O mesmo ocorre com a palavra gênero, na qual as suas 499 aparições estão estritamente ligadas às características linguísticas do idioma e escrita da língua portuguesa.

Essa retirada de termos é apresentada por diversos autores, encontrados por meio desta pesquisa. Autores como Nascimento e Chiaradia (2017); Palma(2015); Junior (2018); Bárbara, Viçosa e Folmer (2019), Silva (2019) e Silva(2018), discutem em seus textos os resultados dessa retirada e como isso influencia negativamente na educação sexual escolar, visto que toda perspectiva emancipatória, acolhedora e libertadora é deixada de lado, para atender agendas políticas e sociais conservadoras e religiosas.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

No Brasil, não existe nenhuma legislação que regulamente a educação sexual nas escolas como tema obrigatório, deixando a cargo do MEC, a produção de documentos que norteiam a

educação no contexto escolar. Entretanto, tais documentos não tornam a educação sexual como tema fundamental e indispensável para formação do estudante e cidadão, transpondo por sua vez a responsabilidade para o critério dos docentes a interpretação e importância segundo seus valores morais e ideológicos. (BARBOSA, VIÇOSA; FOLMER; 2019).

O primeiro documento norteador que tratou de educação sexual no contexto escolar foi o (PCN), proposto em 1996. Elaborado em dez volumes, contendo no último volume um tema transversal ligado à educação em sexualidade intitulado “Pluralidade cultural e orientação sexual”. Os objetivos e os conteúdos dos temas transversais foram incorporados nas matérias obrigatórias (língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, artes, educação física e língua estrangeira), com o propósito de:

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1998a, p. 07).

Com os documentos do PCN, foi proposta uma educação inclusiva e comprometida com a cidadania, com temas transversais permeando toda a prática pedagógica escolar, favorecendo a pluralidade de ideias, o respeito às diferenças socioculturais e combatendo a discriminação.

Diante disso, Maia e Ribeiro (2011) defendem que uma educação sexual adequada na escola, deveria ser um espaço fornecedor de informações corretas no intuito de realizar indagações e reflexões sobre a sexualidade. Portanto, capaz de esclarecer as várias dimensões da sexualidade e seus mecanismos, apresentando a influência histórico-social, nas diferentes formas de expressão da sexualidade, no comportamento individual e coletivo, proporcionando que o aluno desenvolva um pensamento crítico, apto a compreender seus comportamentos e da sociedade em geral, tornando-se autônomo e responsável para formar e seguir seus próprios valores apoiado no respeito aos direitos humanos de todo indivíduo.

Quadro 4 - Critérios e definições utilizados para a escolha dos temas transversais no PCN de 1998.

Critérios	Definições
Urgência social	Define que o tema deve abordar questões graves apresentando-se como obstáculos para “a concretização da plenitude da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida.”
Abrangência nacional	Define que a escolha do tema deve ser um parâmetro nacional, a eleição dos temas buscou abranger questões que fossem pertinentes a todo o país. Não excluindo a possibilidade e a necessidade de outros temas pertinentes à realidade regional, pudessem ser incluídos pelos estados e municípios.
Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental	Define que a escolha do tema deve ser aplicável à realidade do ambiente de aprendizagem escolar.

Favorecer a compreensão da realidade e a participação social	Define a finalidade dos Temas Transversais, pois este deve possibilitar ao aluno “desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença e intervir de forma responsável.”
--	--

Mediante esses critérios, apresentando os temas transversais, estes devem abordar temáticas de abrangência relevante e urgente para todo território nacional, podendo ser trabalhado nos limites do contexto escolar, é possível observar que três temas transversais abordam questões ligadas à educação sexual, sendo estes nomeados de Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Todavia os temas Saúde e Pluralidade, abordam educação sexual de maneira generalista, assim, não aprofundam-se especificamente em educação sexual, como o caderno intitulado Orientação Sexual.

Plano Nacional de Educação (PNE)

Ambos os Planos Nacionais de Educação (PNE 2001-2010; 2014- 2024) são ancorados na legislação brasileira e nas ações da sociedade, com base na Constituição Federal de 1988 (artigo 214) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei n. 9.394/96), que estabeleceram diretrizes e metas para a educação nos próximos dez anos.

Barbosa, Viçosa e Folmer (2019) afirmam que o PNE (2001) tinha como objetivo incluir a educação sexual nos cursos de formação de professores e abordar as problemáticas relacionadas à questão de gênero nos temas transversais, mas Aguiar (2010) argumentou que o documento se limitava à busca pela igualdade de sexo nas matrículas, deixando de lado a diversidade de gênero e sexualidade.

Segundo Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), na construção do novo PNE (2010-2020) ocorreram em 2009 as Conferências Municipais e Estaduais, e no ano seguinte a Conferência Nacional de Educação (CONAE) para que a partir daí fosse elaborado o PNE, quanto ao que compete a educação sexual, a CONAE (2010), contemplou o tema no Eixo VI nomeado: Justiça Social, Educação e Trabalho:

Inclusão, Diversidade e Igualdade; propondo estratégias para a promoção da “igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, os direitos reprodutivos, de prevenção a abusos e exploração sexual” (Barbosa, Viçosa, Folmer; 2019, p. 4). Destaca-se um trecho que aborda alguns dos diversos objetivos, proposto na CONAE (2010), que deveriam ser alcançados pela políticas públicas nacionais voltadas para a educação, evidenciando a construção de uma proposta pedagógica nacional acolhedora das diversas problemáticas da educação sexual:

Introduzir e garantir a discussão de gênero e diversidade sexual na política de valorização e formação inicial e continuada dos/das profissionais da educação nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, visando ao combate do preconceito e da discriminação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, mulheres, ao estudo de gênero, diversidade sexual e orientação sexual, no currículo do ensino superior, levando-se em conta o Plano Nacional de Políticas Públicas para a Cidadania LGBTQIA+ e o Programa Brasil sem Homofobia.

Construir uma proposta pedagógica sobre gênero e diversidade sexual para nortear o trabalho na rede escolar de ensino, eliminando quaisquer conteúdos sexistas e discriminatórios e com a participação de entidades educacionais

Desenvolver material didático e ampliar programas de formação inicial e continuada para a promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes, prevenção de doenças de transmissão sexual HIV/Aids, assim como alcoolismo e drogas, incluindo-os também nos currículos de educação formal/regular e especial, e considerando suas interfaces com a diversidade sexual, as questões de gênero, raça/etnia e geração. (CONAE, 2010, pág. 144).

Entretanto, apesar dos esforços para a construção de um PNE(2010-2020) que pudesse atender as inúmeras faces da educação sexual no contexto escolar, o segundo documento de PNE (2014-2024) aprovado com validade de 2014 a 2024, aprovado pela lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, se limitou ao Art. 2º. Este artigo descreve as diretrizes do PNE (2014-2024), com uma abordagem superficial sobre a educação sexual, retirando os termos "orientação sexual", "sexualidade" e "diversidade de gênero", e apresentando nos Incisos do artigo supracitado, diretrizes com ênfase na promoção da cidadania, no respeito aos direitos humanos e no combate a quaisquer tipos de discriminação, omitindo-se das discussões ligadas à sexualidade humana (BRASIL, 2014).

Este documento possui diretrizes das investidas da bancada conservadora e religiosa da política brasileira, que por sua vez pautam suas decisões políticas com base no fundamentalismo religioso, impondo convicções morais baseadas em crenças e religiões. Pino (2017) destaca:

[...] o cenário político brasileiro de fortalecimento de bancadas que pensam a legislatura a partir de dogmas e princípios morais conservadores (fundamentalistas, ruralistas e "policiais") vem se configurando como uma forte afronta ao Estado Democrático de Direito laico. Esse contexto vem difundindo retrocessos em vários setores, entre eles, o da educação. Consequentemente, em detrimento do ordenamento jurídico brasileiro, a maioria das decisões políticas está se pautando em doutrinas religiosas[...] (PINO, 2017, p. 59)

Os PNE são documentos originários do poder legislativo, pois tratam-se de leis que dispõem sobre diretrizes e metas educacionais que devem ser alcançadas no período de dez anos. Portanto, os documentos são fundamentados na sociopolítica presente no momento de sua elaboração e aprovação no congresso, levando em consideração questões políticas, morais e ideológicas, daqueles que representam politicamente a população. Logo, a retirada de metas e questões relativas à educação sexual do documento do PNE (2014-2024), é a consequência social e política de um país com maioria representativa conservadora e religiosa, que busca cercear os direitos das minorias. Para Junior (2018):

Sem a presente discussão fica visível a possibilidade de violência de gênero e a discriminação sexual, no âmbito escolar, as quais podem se manifestar por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos, assédio sexual e/ou moral e abusos sexuais e estupro (JUNIOR, 2018, p.4)

Logo, sem a abordagem e discussão relacionados à orientação sexual, à ideologia de gênero, à promoção dos direitos humanos das minorias criminalizadas pelo seu modo de vida "anormal" para a sociedade heteronormativa, a discriminação e violência ganham espaço no contexto escolar e fora dele, na reprodução das atitudes propagadas pelo extremo fundamentalismo religioso e conservador que impõe suas ideologias e morais através da falsa política para todos.

Base Nacional Curricular Comum (BNCC)

A primeira e a segunda versão da BNCC, abrangeu diversos conteúdos para educação sexual, mesmo mantendo o tema como transversal, destacou que a educação para sexualidade deveria debater e conversar incluindo temáticas ligadas à sexualidade, à orientação sexual, à diversidade de

gênero, além dos conteúdos biológicos. Apresentou tais conteúdos tanto em suas competências gerais, como também nas competências do ensino de ciências naturais e biologia (BRASIL, 2015, 2016).

Dentre as competências apresentadas nas duas versões da BNCC, destacam-se:

Competências Gerais e Transversais:

Conhecer, fruir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades;

Competências Específicas:

(CHS02MOA002) Compreender a perspectiva socioantropológicas sobre sexo, sexualidade e gênero.

(CNCN9FOA013) Compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade. (Ex.: Reconhecer responsabilidades decorrentes de tais mudanças, relacionadas a comportamentos sociais e à sexualidade.)

(EF01AR35) Refletir sobre as experiências teatrais, desenvolvidas em aula, de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade

(EF01AR17) Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade.

(EM30LI19) Refletir sobre aspectos filosóficos, éticos, sociais, midiáticos e políticos que emergem da prática da dança, tendo como foco as questões do corpo, das crenças, de gênero e da sexualidade. (BRASIL, 2015, p. 86, 237, 239, 300) (BRASIL, 2016, p. 182, 545).

Apesar da falta de legislação que regulamente a educação sexual no Brasil, os documentos norteadores oficiais, servem como base teórica e aparato legal para o professor conduzir sua aula. No entanto tais documentos não obrigam o professor a dialogar com esses temas da maneira como é descrita nos documentos, pois a BNCC serve como norteadora e como alicerce para os documentos pedagógicos estaduais.

A terceira e última versão da BNCC foi homologada no dia 20 de dezembro de 2017, pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho, que suprimiu a expressão “orientação sexual”. Sendo a BNCC o documento norteador dos currículos escolares, tal supressão deixou de contemplar de forma clara, passando à escola a escolha de abordar o debate claro da sexualidade humana, ou continuar 44 com esses temas de forma implícita ou oculta, validando a opinião conservadora do contexto sócio-político atual. (SILVA, 2017)

Nascimento e Chiaradia (2017) afirmam que a proposta de alteração do documento suprime temas e termos sobre orientação sexual e sexualidade em uma política conservadora, implantando uma visão deturpada da sexualidade na sociedade. Essa visão considera a abordagem da sexualidade humana no contexto escolar como algo perigoso, ameaçador e constrangedor para o educando, promovendo práticas indesejáveis em uma sociedade heteronormativa e acelerando a vida sexual dos estudantes.

Na sua versão final, o documento se limita a abordar o respeito à diversidade, enfatizando apenas os aspectos físicos e biológicos do ser humano. A terceira habilidade (Quadro 5) que trata superficialmente da subjetividade da sexualidade humana fica a cargo da interpretação do docente. O Quadro 5 apresenta habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes e professores na área de ciências da natureza, na unidade temática Vida e Evolução, durante o 8º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2017).

Quadro 5 - Habilidades da unidade temática Vida e Evolução, com relação à abordagem

Quanto a abordagem	Habilidades
--------------------	-------------

Abordagem explicitamente biológica	(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
Abordagem explicitamente biológica	(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
Abordagem implicitamente social e biológica	(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Quanto às habilidades a serem alcançadas pelos estudantes no ensino médio, o documento é impreciso e omissivo em relação à diversidade de gênero e sexualidade, limitando-se a discutir vulnerabilidades e direitos individuais e sociais de forma geral. As discussões relacionadas ao gênero e à sexualidade são subentendidas e reprimidas, enquanto questões sociais como cor, raça, cultura e história são evidenciadas. Nesse contexto, as habilidades apresentadas na área de ciências da natureza e suas tecnologias (Quadro 6) são as que mais se aproximam do ensino inclusivo em relação à sexualidade, mas ainda assim são insuficientes para a evolução do ensino na educação sexual. Para Ribeiro e Monteiro (2019):

A relevância das discussões e da busca de manutenção das liberdades sexuais conquistadas passa, impreterivelmente, pela educação, aqui abordada em seu caráter emancipatório, vital tanto para a compreensão de uma realidade conturbada como a atual quanto para a manutenção e garantia de direitos conquistados e da inclusão e equidade dos diversos setores da população. (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019, p.1258).

Portanto, a omissão e supressão da discussão acerca das diversidades relacionadas ao gênero no documento, promove uma onda de retirada de inclusão das diversidades e das garantias de direitos já conquistadas por uma classe marginalizada histórica e socialmente.

Quadro 6 - Recorte das habilidades de ciências da natureza e suas tecnologias, com relação às competências específicas.

Competência Específica	Habilidades
Vida, Terra e Cosmo	(EM13CNT207) Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.
Vida, Terra e Cosmo	(EM13CNT305) Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação,

	segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.
--	---

O ensino de educação sexual no Brasil é abordado nos diversos documentos oficiais por meio da transversalidade do tema nas áreas de conhecimento, entretanto a BNCC apresenta os conhecimentos e habilidades relativos à sexualidade predominantemente nos conteúdos de ciências da natureza e biologia, prevalecendo então o conteúdo biológico, que difere muito do contexto de gênero. Portanto as discussões da sexualidade no tocante a caracteres sociológicos, históricos e políticos da pessoa, são ignoradas e por vezes esquecidas nas demais áreas de conhecimento.

O documento detém breves e evasivas menções no que tange os direitos humanos acerca de problemáticas da sexualidade, quanto o respeito às orientações de gênero, a diversidade, e todas as demandas ligadas à sexualidade humana. O Quadro 7 apresenta algumas das habilidades e competências de outras áreas de conhecimento, que discorrem superficialmente no que tange ao respeito e aos direitos de toda manifestação de sexualidade.

Quadro 7 - Recorte acerca das competências e habilidades nas áreas de conhecimento, com exceção de ciências da natureza/biologia.

Fase e Área de conhecimento	Competência Específica	Habilidade
Ensino Fundamental Linguagens	Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo	(EF69LP01) Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso
Ensino Fundamental Ciências Humanas	Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e	(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

	potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	
Ensino Fundamental Ensino Religioso	Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.	(EM13LGG102) Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade. (EM13LP23) Analisar criticamente o histórico e o discurso político de candidatos, propagandas políticas, políticas públicas, programas e propostas de governo, de forma a participar do debate político e tomar decisões conscientes e fundamentadas.
Ensino Médio Ciências Humanas	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

Fonte: Brasil(2018, p. 65 - 579).

Diante do exposto no quadro, é possível fazer algumas inferências, quanto à transversalidade da temática, o documento dialoga sobre o respeito aos direitos humanos e a

diversidade de identidade, individual e coletiva. No entanto, não aborda de maneira explícita questões acerca da sexualidade, por sua vez, reforça ainda mais que tal temática pode ser trabalhada ou não, segundo critérios pessoais do professor e da proposta da escola, dado que não apresenta claramente o que deve ser discutido na sala de aula, relativo a educação sexual.

Perante isso, questões relacionadas à violência, preconceito e injustiças de caráter sexual, ficam suprimidas por outras questões também relevantes como os preconceitos relacionados à raça, cultura e socioeconômicas. Todas essas temáticas são importantes, mas as discussões acerca desses temas, não encontram-se tão proibidas e obscuras, como o debate sobre a sexualidade humana, tanto no contexto da sala de aula, como na sociedade em geral..(NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017).

Todavia, apesar dos diferentes esforços feitos no final do século XX e no começo do XXI na promoção de uma educação sexual mais abrangente e inclusiva no ambiente escolar por meio de documentos norteadores, pode-se notar o retrocesso devido aos vários componentes e aos aspectos da sociedade e política brasileira. Pode-se elencar que um dos primeiros empecilhos para a não efetivação e a aplicação abrangente e correta do PNC nas escolas, segundo Corrêa,

Echeverria e Oliveira(2006) surgiu na falta de participação do professor do nível básico na elaboração dos PCN, com isto foi menosprezada a vivência e experiência do profissional que está em contato diariamente e que iria trabalhar com base no documento, ou seja, o profissional diretamente afetado não foi ouvido, causando uma disparidade entre a teoria e a prática, visto que no ensino estas devem andar conjuntamente em conformidade. Corrêa, Echeverria e Oliveira (2006, p.7) destacam que:

Da forma como foram inseridos, os temas transversais entram no currículo escolar como um adendo, uma coisa a mais, um fardo a mais para os professores que ao trabalharem esses temas, normalmente na forma de projetos ou em datas comemorativas específicas, não abarcam a real complexidade que lhe é intrínseca. (CORRÊA, ECHEVERRIA e OLIVEIRA; 2006, p.7).

Outro ponto importante que influenciou e ainda influencia na aplicação da temática e na desobrigação de utilizar os documentos pelos professores no contexto escolar é a falta de formação inicial e continuada. Logo, quando o profissional não tem contato na sua formação inicial com um tema complexo, cheio de inverdades e preconceitos, o mesmo não terá base nem preparo para expor o tema com segurança e veracidade na sala de aula, o problema agrava-se ainda mais, quando em exercício já dá profissão, o professor não encontra ou procura meios de atualizar-se e aprender mais, com uma formação continuada. Portanto, ao somar todos esses fatores sociais, profissionais e documentais apresentados até agora a educação sexual emancipatória, social e libertadora torna-se mais difícil de ser alcançada.

Para Corrêa, Echeverria e Oliveira (2006), “colocar temas de tão expressivo interesse social como adendos de um currículo é uma forma ilusória de atingir os objetivos”(CORRÊA, ECHEVERRIA e OLIVEIRA; 2006, p.8). É notório que não se teve grandes avanços com a transversalidade de temas tão importantes quanto a sexualidade. Entretanto o PNC abriu portas para a evolução dos trabalhos educacionais voltados para temáticas sociais importantes, no entanto, a omissão e o apagamento do contexto psicossocial na BNCC, sobre a construção da sexualidade, mais uma vez dá ênfase ao conteúdo biológico, que por vezes de maneira errônea é utilizado para reforçar preconceitos e discriminações, com a supressão de palavras acerca da discussão da sexualidade humana.

Para Nascimento e Chiaradia (2017) o movimento que retirou e suprimiu os termos da BNCC, relacionados à educação sexual para além da biologia, promovem e sustentam a história político-social normalizadora e heteronormativa, por uma visão conservadora pautada em princípios de uma população religiosa submissa ao patriarcado, inviabilizando a existência livre das diversidades sexuais. Perante isto, ensinar e dialogar sobre a sexualidade na sala de aula, é visto como a promoção de práticas consideradas impróprias e impuras, que por meio do seu conhecimento no âmbito escolar, poderiam oportunizar e antecipar práticas sexuais e/ou gerar comportamentos indesejados que são vistos como “anormais” por esta sociedade pautada em padrões heteronormativos, portanto apresentando riscos aos estudantes, que são vistos como seres “puros” e sem sexualidade.

Conseqüentemente, o texto ao expor os termos discriminação, preconceitos, identidade e suas demais variações linguísticas, aparece discorrendo sobre todo tipo de discriminação e preconceitos associados à identidade humana biológica e sociocultural. Contudo, ainda assim suprime e/ou dissipa qualquer menção ou argumento acerca de discriminações relativas ao sexo, à sexualidade, ao gênero e seus papéis, como também, às demais manifestações sexuais da humanidade. O autor Junior (2018, p. 4) defende que:

Sem a presente discussão fica visível a possibilidade de violência de gênero e a discriminação sexual, no âmbito escolar, as quais podem se manifestar por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos, assédio sexual e/ou moral e abusos sexuais e estupro.” (JUNIOR, 2018, p.4).

Silva et al. (2020) corrobora essa visão ao expor em sua pesquisa dados que mostram o Brasil sendo o país que mais assassina no mundo a população LGBTQIAP+. Destacam-se as seguintes informações apresentadas pelo autor, por meio de relatórios por ele citados:

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) , a expectativa de vida de uma pessoa trans (travestis e transexuais) no Brasil é de 35 anos e o 52 país registrou 445 casos de assassinatos de LGBT em 2017. O número representa uma vítima a cada 19 horas, o maior número de casos de morte relacionados à LGBTfobia desde que o monitoramento anual começou a ser elaborado pela entidade, há 38 anos. LGBTfobia é o preconceito e a discriminação ocorrida em virtude da orientação sexual ou da identidade de gênero, ou seja, vai além da homofobia, lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia³ . A população LGBT sofreu 699 ocorrências de violência em 2016, de acordo com o Ministério dos Direitos Humanos, enquanto, em 2018, foram 420 mortes . Tais casos podem estar subnotificados, pois, enquanto deveriam ser tratados como crimes de ódio, muitas vezes são abordados como infrações comuns ou sequer são notificados. (SILVA et al., 2020, p. 2).

De acordo com diversos autores , a educação sexual no ambiente escolar é o espaço mais propício e favorável, para que questões relativas à sexualidade, liberdade e violência sexual sejam abordadas, à vista que proporcionam em tese, um espaço aberto ao diálogo apoiado nos direitos humanos e no conhecimento comprovado cientificamente nas ciências sociais, humanas, biológicas que tem a premissa de não ser discriminatória, ofensiva com base em ideologias pessoais (PINO, 2017; JUNIOR, 2018; SILVA, 2019; MALTA, 2011; BARBOSA, VIÇOSA e FOLMER , 2019).

O boletim epidemiológico com dados de 2011 a 2017 divulgados pelo MS (BRASIL, 2018), mostra os casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, em que cerca de 70% das crianças e 59% dos adolescentes sofreram violência sexual dentro de suas residências, enquanto cerca

de 37% das crianças e 39% dos adolescentes foram violentados por alguém do seu vínculo familiar. Os dados são ainda mais alarmantes quando se referem ao tipo de violência sexual cometido, em que nas violências sofridas por crianças e adolescentes o tipo mais notificado foi o estupro 62,0% em crianças e 70,4% em adolescentes.(BRASIL, 2018).

Estas informações corroboram a ideia de diversos autores citados nesse texto, e ratificam a visão da escola como sendo o local mais propício para se abordar a educação sexual com a finalidade de promover os direitos das crianças e dos adolescentes, pois, segundo esses dados, é no seio familiar onde os educandos sofrem mais violência relacionado ao caráter sexual. Devido a falta de informação acerca da educação sexual, que não é fornecida pelos pais, pois, segundo seus valores morais, ideológicos e religiosos, vêm no diálogo sobre educação sexual de forma correta e explícita, uma afronta aos seus princípios morais, restando a escola uma das principais instituições da sociedade, a promoção do conhecimento sobre esse tema, a fim de garantir os direitos individuais do educando.

O contexto pandêmico, veio com diversas medidas de proteção, uma delas o isolamento social, na qual crianças e adolescentes ficaram sem poder frequentar o ambiente escolar, tendo suas aulas de maneira remota. Este cenário enfatizou ainda mais a importância da educação sexual amplamente dialogada na sala de aula, como ferramenta fundamental no combate a violência nas classes etárias mais vulneráveis a esse tipo de violência no contexto familiar.

Dados recentes dos anos, obtidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e outras esferas governamentais, foram apresentados durante uma coletiva online dada pela então ministra Damares Alves, que mostraram que no ano de 2019, das 17 mil ocorrências de natureza da violência sexual associadas a crianças e adolescentes, em 73% dos casos, o abuso sexual ocorre na casa da própria vítima ou do suspeito e é cometido por pai ou padrasto em 40% das denúncias. (BRASIL, 2020).

No ano anterior, em 2018, o abuso sexual infantil bateu recorde de ocorrências com 32 mil vítimas. Entretanto, no ano de 2020, primeiro ano de pandemia no Brasil e isolamento social, registrou-se queda das notificações de violência sexual relativo a esse público, registrando o total 13.228 ocorrências. No ano de 2021, foram registrados 35 mil casos de violências contra crianças e adolescentes, destes números 91% das vítimas são do sexo feminino na faixa etária de 12 a 18 anos, e ainda segundo os dados oficiais 96% destes caso correspondem a violência sexual sofridas no ambiente domiciliar. (BRASIL, t.,2020)(AVILLA, 2021).

Inferese então que mesmo com a queda de notificações do ano de 2020, fato esse relacionado ao isolamento social, dados oficiais mostram que o isolamento social foi fator relevante para diminuição das ocorrências de denúncias, que muitas vezes não foram notificadas, devido ao medo e vergonha da convivência com o agressor no ambiente familiar. No entanto, vale ressaltar que a ministra Damares Alves do MMFDH pondera que segundo estudos acadêmicos apenas 10% dos casos de violência contra crianças e adolescentes são notificados, devido à falta de apoio governamental e do núcleo familiar, o que levaria a quase 1 milhão de casos de violência contra menores de 18 anos (BRASIL, 2020).

Apoiando-se na discussão aqui apresentada, outro fator que desfavorece uma educação sexual de qualidade para garantia dos direitos humanos, fundamenta-se numa sociedade brasileira

religiosa, conservadora, moralista que julga quem é ou não vítima, e não reconhece todos os tipos de violência segundo seus valores. Segundo uma entrevista dada pela professora e doutora em Direito da PUC/SP, Luciana Temer, há uma dualidade na avaliação dos casos de abuso sexual pela sociedade em geral, onde a mesma diz “Quando uma menina de seis anos é abusada em casa, a sociedade a enxerga como vítima, porque é uma criança. Agora, essa mesma menina que aos 13 está com shorts e top ‘se oferecendo’ para caminhoneiros é prostituta”. (BRASIL t., 2020, n.p).

Nesse caso, pode-se perceber mais uma vez o julgamento moralista fundamentado nas morais religiosas e preconceituosas de grande parte da sociedade brasileira. Portanto, não se deve permitir que um tema importante como a educação sexual fique exclusivamente na responsabilidade familiar, como defende o presidente ex Jair Bolsonaro (2018) e seus aliados ao dizer:

Queremos que a molecada aprenda na escola algo que no futuro lhe dê liberdade para ganhar seu pão. E não fique com estas questões menores. Ideologia de gênero: que importância tem isso? Não fica perturbando com isso nas escolas, obrigando a molecada a estudar isso que não leva a lugar nenhum. Quem ensina sobre sexo é papai e mamãe, ponto e acabou.(BOLSONARO, 2018, informação verbal).

Retoma-se então a fala do ex presidente Jair Bolsonaro, para destacar a importância da educação sexual no ensino básico brasileiro, na qual o mesmo expõe uma fala extremamente conservadora e preconceituosa, “Aceitamos o comportamento de quem quer que seja depois de uma certa idade, cada um vá ser feliz da maneira que ele achar melhor. Mas esse tipo de ideologia nas escolas, nós não podemos e nós não admitimos”.(SOARES, 2022, informação verbal). Essas falas formam uma base política que legitima e apoia o pensamento social retrógrado sobre a educação escolar, reforçando o preconceito e a discriminação das minorias, além de propiciar um ambiente familiar ainda mais favorável e intocável promovendo deliberadamente a invisibilidade e medo das vítimas de violência de caráter sexual que poderiam ter sido evitadas com uma educação sexual coesa e coerente com a educação, ética e direitos humanos.

Os seguintes trechos de reportagens destacadas a seguir, validam os autores da literatura exposta neste trabalho, no consenso apresentado pelos autores, da escola sendo o lugar mais propício e acolhedor para que crianças e adolescentes possam aprender e expor suas opiniões livremente acerca da sexualidade, devido à instituição ser voltada para o ensino com ética e diálogo, baseada nos direitos humanos universais. Seguem trechos retirados de reportagens de jornais online, para corroborar a extrema importância da discussão sobre sexualidade e educação sexual no contexto escolar, como também em outras instituições sociais:

Um idoso de 86 anos foi condenado a 14 anos de prisão por abusar sexualmente da neta da companheira dele, em Itumbiara, no sul de Goiás.

A vítima, que tinha 8 anos à época, contou aos familiares que o “avôdrasto” tocava as partes íntimas dela após assistir a uma aula de educação sexual na escola. (MARTINS I. 2022, n.p);

Um homem de 23 anos foi preso, na quinta-feira (17), na cidade de Acaraú, interior do Ceará, por suspeita de estupro de vulnerável da própria prima. A adolescente vítima, de 16 anos, denunciou o caso à Polícia Civil após assistir a uma palestra sobre educação sexual. (ADOLESCENTE d, 2022, n.p);

Uma menina de onze anos contou que estava sendo estuprada pelo padrasto após assistir a uma palestra de educação sexual em sua escola, localizada em Vila Velha, Espírito Santo.(RODRIGUES, A., 2018).

Portanto, conclui-se que o apoio social e institucional, de um ambiente propício e responsável com a educação e os direitos humanos, é essencial para a luta contra a violência principalmente quando de caráter sexual, como também na efetivação de uma educação alinhada no trabalho para o combate ao preconceito, seja ele, atribuído ao sexo, gênero, à orientação sexual, à etnia, à idade, à história social, e/ou política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que a política, a sociedade e todas as características sociais afetam a educação, logo, o conservadorismo sociopolítico influenciou a educação sexual, de maneira negativa, suprimindo questões sociais, como a discussão das diversidades da sexualidade humana, afetando diretamente estudantes e famílias, que não correspondem a família tradicional brasileira — pai, mãe e filhos — imposta por esta parte da sociedade que tem como representante maior o ex presidente do país Jair Bolsonaro.

No entanto, não podemos deixar de destacar também que a proposta da sociedade e política conservadora, que trabalha para tirar a educação sexual das escolas, também afeta diretamente crianças e adolescentes, das ditas famílias tradicionais, pois segundo os dados apresentados a maioria das crianças e adolescentes que sofrem violência do tipo sexual convive com o agressor em seu seio familiar.

Portanto, é imprescindível que a educação sexual seja trabalhada desde o início da educação básica, respeitando os limites pedagógicos e étários, de modo a propiciar o conhecimento e conscientização, dos estudantes a respeito da sua sexualidade e dos riscos e perigos sociais, biológicos, para que assim possa-se contribuir com a formação do estudante, como cidadão crítico e autônomo, preparada para tomar decisões individuais e sociais, em concordância no respeito às diferenças e ser humano em geral.

Prontamente, de acordo com a análise dos documentos norteadores da educação e com a literatura envolvida, pode-se perceber que a educação sexual ficou negativamente comprometida em questões sociais, históricas e psicológica, pois sucedeu-se a retirada de diversas diretrizes que norteiam discussões extremamente fundamentais, principalmente no que tange à comunidade LGBTQIAP+.

A escola pode ser considerada um espaço de violência, contra pessoas da comunidade LGBTQIA+, e ao ser um espaço orientador de cidadania, é de grande importância que haja uma implementação séria da educação sexual nos documentos norteadores, e o que o atual governo está propondo, é silenciar aspectos de orientação sexual e identidade de gênero, como se fosse algo proibido de se discutir.

Associar a sexualidade somente a um maior cuidado à saúde sexual, e à prevenção de gravidez e IST, é minimizar todas as ações psicológicas, sociais e comportamentais que esse tema engloba. A escola tem como papel fundamental, de acordo com a LDB, a missão que o aluno permaneça na escola, de forma que a sua formação seja voltada para à cidadania, à participação social e à qualificação profissional e essa afirmação está relacionada a todas as vertentes que compõem o ser humano como um ser livre e participante de um estado laico de direito, e questões e valores religiosos não deveriam serem levados em consideração para pautar a sociedade como um todo.

O conhecimento sobre o corpo, a prevenção aos abusos, IST e gravidez são muito importantes para a proteção da criança e do adolescente, e esses conhecimentos podem ser encontrados na implantação de projetos em educação sexual. As ações governamentais e projetos legislativos estão em discordância com a importância do tema, deixando a cargo do professor, de forma optativa, falar ou não sobre o assunto, pois não existe nos atuais documentos que norteiam a educação algo que legitime a aplicação desse conteúdo.

O representante da nação tem uma grande responsabilidade social, sobretudo com o seu eleitorado, suas falas tornam-se perigosas, pois trazem consigo uma influência social muito abrangente. As legislações são baseadas no bem comum e precisam ser feitas de acordo com a laicidade que o país apresenta. Ideais de cunho religiosos, que são apresentados por algumas autoridades, não podem servir como embasamento para toda uma sociedade. A defesa da democracia, da igualdade de gênero e da liberdade sexual, são pautas que precisam de atenção, especialmente em um governo conservador de extrema direita que faz jus aos ideais cristãos e que não exerce um olhar cuidadoso para as pautas que vão contra os princípios religiosos.

REFERÊNCIAS

ADOLESCENTE denuncia primo por estupro após assistir a uma palestra sobre educação sexual no Ceará. G1, 19 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/02/19/adolescente-denuncia-primopor-estupro-apos-assistir-a-uma-palestra-sobre-educacao-sexual-no-ceara.ghml>> Acesso em: 05 abr. 2022

AGUIAR, Márcia Angela Da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001- 2009: questões para reflexão. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 707-727, 2010. <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300004>>

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. <<https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>>

AVILLA, C. Mais de 6 mil denúncias de abuso sexual contra crianças foram registradas de janeiro a maio de 2021. *Extra Classe*, 18 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/05/mais-de-6-mildenuncias-de-abuso-sexual-contra-criancas-foram-registradas-de-janeiro-a-maiodeste-ano/>>. Acesso em: 05 abr. 2022

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 11, n. 10, p. e772-e772, 2019. <<https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>>

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, p.229.

Bolsonaro: 'quem tem de ensinar sobre sexo é mamãe e papai'. *Exata News*, 10 de novembro de 2018,. Disponível em: <<https://exataneews.com.br/bolsonaro-quemtem-de-ensinar-sobre-sexo-e-mamae-e-papai--713694>> Acesso em: 05 abr. 2022

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental Brasília : MEC/SEF, 1997. 164p.

BRASIL. Ministério da Educação. (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental Brasília : MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. Plano Nacional de Educação 2014- 2024 [recurso eletrônico]: *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso dia 03 de abril de 2022

BRASIL teve 17 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. Extra Classe, 18 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/brasil-teve-17-mil-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2019/>>. Acesso em: 05 abr. 2022

CORRÊA, Sandro Alves; ECHEVERRIA, Agustina Rosa; OLIVEIRA, Sandra de Fátima. A inserção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nas escolas da rede pública do Estado de Goiás-Brasil: a abordagem dos temas transversais-com ênfase no tema Meio Ambiente. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/13643>>. Acesso em: 05 abr. 2022

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *UNIREVISTA*, v. 1, n. 1, p. 32-46, 2006.

DEMO, Pedro. Conhecimento e Aprendizagem: atualidade de Paulo Freire. In Carlos A. Torres (org.) Paulo Freire e a Agenda da Educação Latino-Americana no Sec. XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREITAS, M.; MELO, S. M. M. de; ZILLI, A. S.; MIRANDA, A. V. de S. Curso de formação de professores (as) por meio do programa educação sexual em debate na Rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 12, n. esp., p. 1130–1141, 2017. <<http://dx.doi.org/10.21723/riace.v12.n2.8651>>

GAMA, Rafaela Cordeiro; ANASTÁCIO, Zélia. Educação sexual e legitimidade do professor de ensino básico: Um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. 2019. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. INFAD Revista de Psicologia, Nº 2, Monográfico 1, 2019. ISSN: 0214-9877. pp: 45-56.

GROFF, A. R.; MAHEIRIE, K.; MENDES, P. de O. e S. P. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 10, n. esp2, p. 1431–1444, 2016. <<https://doi.org/10.21723/riace.v10i6.8329>>

GROFF, Apoliana Regina et al. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 1431-1444, 2015.
<<https://doi.org/10.21723/riaee.v10i6.8329>>

JUNIOR, Paulo Roberto Souza. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTQIIS. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018.
<http://dx.doi.org/10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2018.v4i1.3924>

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. *doxa*, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124985>>.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Orientações de saúde reprodutiva recebidas na escola: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, 2009. 2011.

MARTINS, I. Idoso é condenado a 14 anos de prisão por estuprar neta da companheira após denúncia de crime em aula de educação sexual. *G1*, 15 de março de 2022. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/03/15/idoso-e-condenado-a-14-anosde-prisao-por-ab-usar-de-neta-da-companheira-vitima-denunciou-caso-apos-aulade-educacao-sexual.ghtml>> Acesso em: 05 abr. 2022.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em:
<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5274163>> Acesso em: 05 abr. 2022.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. ATLAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL-2018. *Direito UNIFACS-Debate Virtual*, n. 243, 2020. Disponível em:
<<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/6916/4176>> Acesso em: 05 abr. 2022.

NASCIMENTO, Maria Livia; CHIARADIA, Cristiana de França. A Retirada da Orientação Sexual do Currículo Escolar: Regulações da Vida. *Sisyphus*, Lisboa, v. 5, n. 1, p. 101-116, 2017.
<<https://doi.org/10.25749/sis.10453>>

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Relações de gênero e orientação sexual no currículo da disciplina de Ensino Religioso em escolas estaduais e municipais de Recife. *HORIZONTE*, v. 13, n. 39, 2015.
<<https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1510>>

PACHECO, Raquel da Veiga. Escola de Princesas: um estudo da compreensão de professoras sobre a influência de filme da boneca Barbie na educação sexual de crianças. Raquel da Veiga Pacheco. -- 2014. 219 p.

PALMA, Yáskara Arrial et al. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.
<<http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-16>>

PINO, Aline Muras de Oliveira. Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades/ Aline Muras de Oliveira Pino; projeto gráfico, diagramação e capa, Charles Bamam Medeiros de Souza; revisão linguística, Joziel Lima de Souza – Natal: IFRN, 2017

RIBEIRO, P. R. M. Entrevista Educação para a Sexualidade. *Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 7–15, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867>. Acesso em: 2 abr. 2022.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; DE SOUZA MONTEIRO, Solange Aparecida. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, v. 14, n. 2, p. 1254-1264, 2019. <10.21723/riaee.v14iesp.2.12701>

RODRIGUES, Paulo Roberto Grangeiro. Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, 2018.

ROSSI, George Bedinelli. SERRALVO, Francisco Antonio. JOÃO, Belmiro Nascimento. Análise de conteúdo. *Revista de Marketing*, v. 13, n. 4, p. 39-48, 2014.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação sexual na escola. *Pediatrics*, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SILVA M.V, Mendes L.M.C. A importância da orientação sexual no ambiente escolar. Publicado, terça-feira, 18 de outubro de 2011.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; MEGID NETO, Jorge. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 12, p. 185-197, 2006.

SILVA, Amanda de Cassia Azevedo da; ALCÂNTARA, Anelise Montañes; OLIVEIRA, Daniel Canavese de, SIGNORELLI, Marcos Claudio. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. *Interface* (Botucatu). 2020; 24: e190568 < <https://doi.org/10.1590/Interface.190568>>

SILVA, Ritieli Pires da. A Importância da Discussão de Gênero na Escola. *Perspectiva Geográfica*, v. 12, n. 17, p. 223-229. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/19177>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, Adan Renê Pereira da. Por uma escola para todos e todas: ensaios sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em uma perspectiva inclusiva. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH*, v. 3, n. 1,, p. 325-344, 2019.

SILVA, Maria José da. QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO, A PARTIR DA BNCC. 2017.

SILVA, Maria José Da. Questões de gênero e orientação sexual no currículo, a partir da bncc. Anais IV CONEDU.. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/38443>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE. 2020.

SOARES, I. Bolsonaro sobre ideologia de gênero nas escolas: "Não admitimos". *Correios Braziliense*, 30 de março de 2022. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonarosobre-ideologia-de-gene-ro-nas-escolas-nao-admitimos.html>> Acesso em: 05 abr. 2022

TREINTA, Fernanda Tavares et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014.

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000078> >

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autora 2 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autora 3- Escrita e revisão do texto final.

Autora 4- Coordenadora do projeto, participação no delineamento, análise e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.